

ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Marquito - Matheus Cadorin - Neodi Saretta - Oscar Gutz - Rodrigo Fachini - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Tiago Zilli.

PRESIDÊNCIA - Deputada Ana Campagnolo

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Externou veemente repúdio a acontecimentos recentes no Município de Araranguá, classificados por ele como descabidos. Relatou que, após a realização de uma Sessão Itinerante da Alesc na localidade, foram instaladas casas para o abrigo de cães comunitários em uma praça pública. Contudo, o Executivo Municipal promoveu a remoção do mobiliário, ato que ensejou a impetração de um

mandado de segurança contra a Prefeitura por suposta violação legal.

Denunciou o envenenamento de dois cães comunitários e de diversas aves no mesmo local. Informou que os animais sobreviventes foram recolhidos temporariamente por protetoras locais para resguardo do frio severo, e um deles permanece sob cuidados veterinários.

Criticou a postura da Polícia Militar local que, segundo relatos de uma protetora identificada como Samara, teria se recusado a enviar viatura para realizar o isolamento e o mapeamento da cena do crime após a confecção do Boletim de Ocorrência. Cobrou uma investigação rigorosa por parte da Polícia Civil, haja vista a existência de câmeras de monitoramento na região.

Ressaltou que a gestão e o bem-estar dos animais comunitários são de responsabilidade legal do Prefeito Municipal. Destacou o trabalho voluntário da protetora Samara, que custeou os abrigos por meio de recursos próprios e doações, sem repasses financeiros da municipalidade.

Relembrou o ordenamento jurídico vigente, especificamente a Lei Federal nº 14.064/2020, que prevê pena de reclusão de dois a cinco anos para crimes de maus-tratos a cães e gatos, além de multas administrativas que podem alcançar R\$ 20.000,00 por animal.

Deputado Tiago Zilli (Aparteante) - Corroborou a fala do deputado e frisou que o prefeito do Município de Araranguá tem cuidado dos animais em situação de rua e que as casas de abrigo aos animais foram transferidas para outra área da cidade, na beira rio, para proteção das crianças e dos frequentadores da praça. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0007/2026, de autoria do Deputado Altair

Silva, que denomina Olvides Waldomiro Grosbelli o trecho da Rodovia Estadual SC-156 entre os municípios de São Domingos e Mariópolis no Paraná, alterando o Anexo II da Lei nº 16.720, de 2015, que Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o Deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0037/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que declara de utilidade pública a Associação Proteção Amor Integral, de Camboriú, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0124/2026, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que declara de utilidade pública a Associação Capitão Caverna, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0465/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 0466/2026, de autoria do Deputado Jair Miotto; e 0467/2026, de autoria do Deputado Mário Motta.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 1876 a 1937.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Fez uso da tribuna para falar de problemas graves no setor de construção civil na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri), principalmente em Itapema. O Deputado denunciou que diversas construtoras na citada região estão comercializando imóveis sem a devida incorporação imobiliária registrada em cartório, o que é um requisito legal para proteger o consumidor. Comentou casos em que construtoras abandonam obras, aplicam golpes milionários ou entregam prédios sem documentação regular, deixando centenas de compradores lesados.

Isto posto, criticou a falha do Estado e dos órgãos de controle na fiscalização dessas práticas, além de apontar a excessiva demora nos cartórios de registro de imóveis para processar as incorporações, o que acaba desestimulando a regularização. Por fim, solicitou uma atuação enérgica da justiça, da polícia, do CRECI e da Corregedoria do Tribunal de Justiça para criar uma força-tarefa de fiscalização e campanhas de conscientização para evitar que mais famílias percam o sonho da casa própria. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Saudou os cidadãos presentes de Joinville, em especial os moradores do distrito de Pirabeiraba, bem como seu irmão Fabrício. Destacou a importância da revitalização da rodovia SC-418, no trecho compreendido entre o trevo de Pirabeiraba e o pé da Serra Dona Francisca. Ressaltou o papel estratégico da via para o desenvolvimento econômico, turístico e logístico de Santa Catarina, por conectar as regiões do Planalto Norte e Meio-Oeste ao Norte do Estado.

Explicou que, após a realização de audiências públicas e a manifestação da comunidade local quanto aos possíveis impactos de um projeto de duplicação, o Governo do Estado promoveu a readequação da proposta original. Informou que a iniciativa passou a contemplar a requalificação asfáltica da rodovia, melhorias na trafegabilidade dos acessos locais, especialmente nas estradas do Pico, Isaac e Rio da Prata, além da implantação de ciclovias e ciclofaixas, atendendo às demandas apresentadas pelos moradores e usuários da região.

Manifestou que a empresa vencedora do processo licitatório já iniciou suas atividades e que os investimentos previstos para a região ultrapassam R\$ 70 milhões. Destacou que as melhorias contribuirão para o fortalecimento do turismo nos Caminhos de Dona Francisca, além de proporcionar maior segurança e mobilidade aos ciclistas e demais usuários da rodovia.

Reforçou a necessidade de dar celeridade às obras de duplicação do eixo urbano da Rua Dona Francisca, em Joinville, e salientou a relevância da intervenção para o desenvolvimento da cidade e para a melhoria da mobilidade urbana da região.

Deputados Sargento Lima e Matheus Cadorin (Aparteantes) - Corroboraram a fala do Deputado.
[Taquigrafia: Jênifer]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a presente data, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)
[Revisão: Taquígrafa Sílvia]